



**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS**

**Processo Seletivo Público
Nível Superior**

CADERNO DE PROVA

Aplicação: 28/3/2004

50 anos
CARGO: **7**
Contador(a) Júnior

CEESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Granda Oportunidades para Melhor Sorriso

ATENÇÃO

Neste caderno, confira atentamente o **NÚMERO** e o **NOME DO SEU CARGO**.

Leia com atenção as instruções constantes na capa do **CADERNO DE PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS** (capa colorida).

Conhecimentos Específicos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

RASCUNHO

Julgue os itens seguintes.

46 Considere a seguinte situação.

Um comerciante possui 800 unidades de um produto e recusa uma proposta de venda de todo o estoque por R\$ 9.600,00. Ele vende todo o estoque 6 meses depois, a R\$ 14,00 a unidade do produto. Se o comerciante tivesse vendido o produto pela proposta inicial, ele poderia aplicar o dinheiro obtido a uma taxa de juros simples de 5% a.m.

Nessa situação, o comerciante teve um prejuízo superior a R\$ 1.250,00.

47 Considere a seguinte situação.

Uma financeira oferece 2 alternativas para uma aplicação de 6 meses:

- I pagar juros compostos à taxa de 14% ao trimestre;
- II pagar juros compostos à taxa de 10% ao bimestre.

Nessa situação, a melhor alternativa para o investidor é a I.

48 Considere a seguinte situação.

Uma loja oferece determinado produto para venda no valor de R\$ 1.000,00, com desconto de 20% para o pagamento à vista. Outra alternativa é pagar R\$ 1.000,00 um mês depois da compra, sem desconto.

Nesse caso, a taxa mensal efetiva de juros (custo efetivo mensal) praticada pela loja é de 20%.

49 Se um título com valor nominal de R\$ 9.860,00 é resgatado 5 meses antes de seu vencimento, com desconto racional composto (por dentro) à taxa de 3% a.m., então, considerando 1,16 como valor aproximado para $(1,03)^5$, é correto afirmar que o valor do desconto é superior a R\$ 1.200,00.

Considerando que um título com valor nominal de R\$ 1.000,00 seja resgatado 4 meses antes do seu vencimento, com desconto comercial simples (por fora) à taxa de 5% a.m., julgue os itens que se seguem.

50 O valor do desconto é inferior a R\$ 250,00.

51 A taxa mensal efetiva dessa operação é inferior a 6%.

Julgue os itens a seguir.

52 Considere a seguinte situação.

Uma pessoa contraiu duas dívidas: a primeira, no valor de R\$ 3.710,00, com vencimento para daqui a 2 meses; e a segunda, no valor de R\$ 8.352,00, com vencimento para daqui a 5 meses. Para quitar essas dívidas, essa pessoa investiu determinada quantia em uma aplicação financeira que paga juros compostos à taxa de 3% a.m. e, no vencimento de cada compromisso, ela resgatava apenas o necessário para saldar aquela dívida.

Nessa situação, considerando que, após o último resgate para liquidar a dívida, o saldo da aplicação foi zero e considerando ainda 1,06 e 1,16 como valores aproximados para $(1,03)^2$ e $(1,03)^5$, respectivamente, então o valor da quantia investida foi inferior a R\$10.500,00.

53 Se, para uma determinada operação, a taxa de desconto comercial simples é de 6% a.m. e o prazo de antecipação é de 3 meses, então a taxa mensal efetiva dessa operação é superior a 7%.

Considere que um empréstimo de R\$ 52.000,00 deva ser quitado pelo sistema francês de amortização em 8 anos, à taxa de juros compostos de 12% a.a. e com a 1.ª parcela vencendo um ano após a concessão do empréstimo. Nessa situação, tomando por 0,40 o valor aproximado para $(1,12)^{-8}$, julgue os itens que se seguem.

54 Cada parcela paga pelo devedor é superior a R\$ 10.200,00.

55 A 1.ª amortização, efetuada um ano após a concessão do empréstimo, é superior a R\$ 4.500,00.

A propósito da legislação societária compreendida na Lei n.º 6.404/1976 e demais normas aplicáveis à contabilidade das empresas, julgue os itens subseqüentes.

56 No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar tanto o conhecimento quanto a análise da situação financeira da companhia.

57 O balanço é composto por três elementos básicos: ativo, passivo e patrimônio líquido (PL). O ativo é dividido em circulante, realizável a longo prazo e diferido; o passivo, em circulante e exigível a longo prazo; e o PL, em capital social, reservas e lucro ou prejuízos acumulados.

58 As companhias abertas são obrigadas a publicar o relatório da administração que deve conter, entre outras, informações relativas à aquisição de debêntures de emissão própria e à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes no acordo de acionistas.

59 As demonstrações consolidadas devem incluir todas as empresas controladas, sendo proibida, em qualquer situação, a exclusão de qualquer uma dessas empresas sem anuência prévia da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

60 O patrimônio líquido é formado somente por investimentos e reinvestimentos feitos pelos sócios e eventuais acréscimos oriundos de reavaliação de ativos.

61 A demonstração do resultado do exercício (DRE) deve ser apresentada de forma dedutiva, a começar pelo detalhamento de receitas, custos, despesas, ganhos e perdas, finalizando-se com a definição do resultado (lucro ou prejuízo) líquido do exercício, conta em que se faz a distribuição ou a alocação do resultado.

62 A lei societária determina a elaboração e a publicação da demonstração de mutações do patrimônio líquido, que evidencia todas as mudanças, globais e internas, ocorridas no PL da companhia durante o exercício.

63 Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar deverão ser classificados separadamente, assim, os saldos devedores de fornecedores devem constar do ativo e os credores de clientes, no passivo.

64 A demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) visa divulgar as fontes de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo da empresa — capital circulante líquido — e as aplicações de recursos que consomem essa folga.

65 As normas complementares tornaram obrigatória, para todas as empresas sob a égide da legislação societária, a divulgação da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), que objetiva mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades durante determinado período. Em alguns países, a DFC já substituiu a DOAR por ser de mais utilidade e facilidade de entendimento para os usuários.

66 A legislação societária obriga a divulgação, em valores reais e sobre a mesma base monetária, de demonstrações de exercícios comparados, visando, com isso, viabilizar a análise da evolução patrimonial de um exercício para o outro.

67 As companhias fechadas e os conjuntos de sociedades que não estejam enquadrados na definição legal para grupos de sociedades estão dispensados da elaboração e da divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, que são obrigatórias para as companhias abertas e para os referidos grupos de sociedades.

68 É facultada à companhia a publicação, separada e subsidiariamente às demonstrações obrigatórias, de notas explicativas destinadas a elucidar ou detalhar quaisquer aspectos obscuros de sua posição financeira, econômica e(ou) patrimonial que, em seu julgamento, demandem maiores esclarecimentos do que os constantes no corpo das próprias demonstrações obrigatórias.

69 A CVM incentiva a elaboração da demonstração de valor adicionado, recomendando sua elaboração conforme modelo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

70 Para as companhias abertas e para as instituições financeiras, a lei tornou obrigatória a publicação, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas, dos pareceres do Conselho Fiscal e de auditores independentes registrados na CVM.

71 As recentes alterações promovidas no Código Civil prevêem a assinatura das demonstrações contábeis por técnicos em Ciências Contábeis legalmente habilitados e a alteração do nome da DRE para demonstração de resultado econômico.

72 A observância aos princípios fundamentais de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão contábil e constitui condição de legitimidade das normas brasileiras de contabilidade (NBC).

73 Os princípios fundamentais da contabilidade, definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em norma específica, resumem-se nos seguintes: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência.

74 Os princípios são essenciais ao exercício da contabilidade, porque contêm diretivas de natureza operacional, expressões de direito positivo e estabelecem ordenamentos sobre o procedimento, tanto nos aspectos substantivos quanto nos formais.

75 De acordo com a CVM, são facultativas a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis com correção integral.

76 Conforme o princípio da oportunidade, os registros contábeis das variações patrimoniais devem ser efetuados tão-somente quando houver certeza definitiva de sua ocorrência, observando dois requisitos essenciais, a integridade e a tempestividade, ou seja, as variações devem ser reconhecidas na sua totalidade, sem qualquer falta ou excesso, e no momento em que ocorrerem, nem antes, nem depois.

77 Por qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior, a extinção parcial ou total de um passivo caracteriza realização de receita.

- 78** A diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo bem como o surgimento de um ativo sem o correspondente ativo caracterizam despesas incorridas e passíveis de reconhecimento e registro pela contabilidade.
- 79** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída mediante a aplicação de um determinado percentual sobre o montante das duplicatas a receber, é inteiramente dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que seja apurada de acordo com critérios técnicos que reflitam a expectativa real de perdas com devedores duvidosos.
- 80** Os gastos pré-operacionais constituem custos que devem ser ativados para serem transformados posteriormente em despesas, quando da geração das receitas, mediante amortização ou depreciação.
- 81** Para a avaliação dos estoques, o fisco brasileiro admite a utilização da média ponderada, em que o valor dos mesmos é determinado pela média das compras efetuadas durante o exercício e do estoque inicial.
- 82** As aplicações de recursos em fundos de incentivos fiscais, originadas de destinações de parte do imposto de renda, devem ser classificadas no circulante ou no realizável a longo prazo, de acordo com o prazo de realização desses investimentos.
- 83** Tanto para a legislação fiscal como para a legislação societária, integram o custo de mercadorias os valores gastos com transporte e com seguro, até o estabelecimento do contribuinte, e os tributos devidos na aquisição ou na importação de mercadorias.
- 84** A legislação do imposto de renda determina que todos os lucros ou dividendos recebidos de participação societária devem ser levados a resultado para constituição da base de cálculo do tributo devido.
- 85** De acordo com a CVM, equipara-se à coligada a sociedade que participa, direta ou indiretamente, com 10% ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la, independentemente da participação no capital total da investida. Estendem-se, portanto, a essa sociedade as disposições definidas para a coligada.

No que se refere à elaboração de demonstrações contábeis, nos termos da legislação societária e das normas emanadas do CFC, julgue os itens seguintes.

- 86** De acordo com as normas do CFC, os valores recebidos como receitas antecipadas por conta de produtos ou serviços a serem concluídos em exercícios futuros serão classificados e demonstrados com a dedução dos valores ativos a eles vinculados, exclusivamente no grupo dos resultados de exercícios futuros constante do balanço patrimonial.
- 87** O grau de evidenciação das demonstrações contábeis deve propiciar o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco às demonstrações.

- 88** Para efeito de classificação das contas no balanço, consideram-se de curto prazo os elementos patrimoniais realizáveis ou exigíveis até o final do exercício subsequente e de longo prazo aqueles que vencem após esse prazo. No entanto, caso a empresa tenha um ciclo operacional maior que o exercício social, a definição desses prazos terá por base a duração desse ciclo.
- 89** Os elementos da mesma natureza e os pequenos saldos serão agrupados, desde que seja indicada a sua natureza e nunca ultrapassem, no total, um quinto do valor do respectivo grupo de contas, permitida, nesse caso, a utilização de títulos genéricos, como diversas contas ou contas correntes.

Com fundamento na doutrina contábil acerca das demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, julgue os itens a seguir.

- 90** A demonstração de fluxo de caixa pelo método direto é elaborada a partir do lucro líquido ajustado para o regime de caixa. Os valores que afetam o fluxo de caixa são removidos diretamente do lucro líquido, obtendo-se, por essa via, o dinheiro líquido gerado pelas atividades operacionais.
- 91** O método direto, que é recomendado e incentivado pelo FASB (Financial Accounting Standards Board) — Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira norte-americano para fins de divulgação externa —, é mais vantajoso que o indireto, uma vez que evidencia as eventuais diferenças entre o lucro líquido e o dinheiro líquido gerados pelas atividades operacionais no período.
- 92** O objetivo da demonstração de fluxo de caixa é destacar as principais atividades que, direta ou indiretamente, causam impacto no mesmo e, assim, influenciam o saldo geral de caixa. Caixa é utilizado em sentido amplo, ou seja, devem ser considerados não apenas o dinheiro em espécie mas também os demais ativos equivalentes de caixa que possuam liquidez imediata.
- 93** A demonstração de valor adicionado (DVA) evidencia o montante de recursos que a empresa está agregando à economia, como conseqüência de sua atividade, obtido mediante a subtração das vendas de todas as compras de bens e serviços e correspondente ao valor que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos, e, ainda, para reinvestir em seu negócio. Assim, a DVA mostra a riqueza criada pela empresa, seu produto interno bruto (PIB), em determinado período, e como essa riqueza é distribuída ou transferida. É correto afirmar que a soma dos valores adicionados por todas as empresas, apurados em suas respectivas DVAs, iguala-se ao valor do PIB do país.

A propósito da consolidação de demonstrações financeiras e das operações de fusão, cisão e incorporação de empresas, em conformidade com as disposições das normas societárias e fiscais vigentes no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 94** O acionista, quando dissidente em matérias relativas a incorporação, fusão e cisão, terá o direito incondicional de retirar-se da companhia mediante o reembolso do valor de suas ações.

- 95** Se a companhia tiver debêntures em circulação, a operação de incorporação, fusão ou cisão só terá validade se houver a prévia autorização dos debenturistas em assembléia convocada especialmente para essa finalidade, ou se lhes for assegurado o resgate das debêntures de que forem titulares no prazo mínimo de seis meses.
- 96** Fusão é uma operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações. Cisão refere-se à transferência total do patrimônio da companhia para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se sempre a companhia cindida.
- 97** A incorporação, a fusão ou a cisão pode ser operada entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverá ser deliberada na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- 98** Para efeito de consolidação das demonstrações contábeis, uma entidade é controladora de outra, ou seja, exerce o comando direto sobre a outra entidade, quando detém a maioria do capital votante da mesma ou exerce o comando indireto, quando dispõe de outras condições que lhe assegurem, ainda que temporariamente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- 99** Quando a participação percentual da controladora no capital da controlada variar durante o exercício, os resultados devem ser incluídos proporcionalmente às percentagens de participação, período por período.
- 100** A consolidação é o processo de agregar saldos de contas e(ou) de grupo de contas de mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre entidades que formam o conjunto e de segregar o interesse de minoritários, quando for o caso. Esses ajustes e eliminações são realizados mediante lançamentos efetuados na escrituração da entidade controladora.

No que se refere às normas adotadas no Brasil com relação às auditorias interna e externa, bem como aos controles internos das instituições, julgue os itens subseqüentes.

- 101** O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade exclusiva da administração da entidade, sendo vedado ao auditor emitir qualquer opinião, juízo de valor ou sugestão de modificações decorrentes de constatações feitas no decorrer de seu trabalho. Cabe-lhe, tão-somente, coletar os dados, analisá-los e emitir seu parecer nos termos das normas de auditoria.
- 102** O parecer-padrão de auditoria é composto apenas de dois parágrafos. No primeiro, denominado alcance ou escopo, deve constar a descrição do exame efetuado. No segundo, denominado parágrafo de opinião, o auditor expressa sua opinião acerca das demonstrações contábeis por ele examinadas.

103 Os papéis de trabalho, embora a empresa concorra para sua obtenção, são de propriedade exclusiva e confidencial do auditor. Eles constituem a prova do trabalho executado, contêm a forma como foi realizado esse trabalho e registram as conclusões a que se chegou.

104 Nos procedimentos de revisão analítica, o auditor deve considerar apenas dois aspectos: 1) o objetivo dos procedimentos e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis e 2) a disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade. Para essa finalidade específica, a natureza da entidade e o conhecimento adquirido em auditorias anteriores são irrelevantes e devem ser desconsiderados.

Considerando as normas e instruções da CVM acerca da contabilidade das companhias abertas, julgue os itens a seguir.

105 As companhias abertas são obrigadas a elaborar e publicar, juntamente com as demais demonstrações societárias obrigatórias, a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), que deverá conter, em uma de suas colunas, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), ficando, assim, dispensadas da elaboração e da publicação da DLPA em separado.

106 As operações vinculadas são aquelas nas quais instrumentos financeiros são alienados de forma conjugada com operações de crédito, como, por exemplo, nas operações de alienação de títulos da dívida pública por uma instituição financeira e uma companhia compradora que os utilizará como moeda de privatização, em que os títulos são alienados pelo seu valor de face, acima do valor de mercado, sendo esse deságio compensado ao longo do tempo pelos juros inferiores ao mercado que incidem sobre o contrato de médio ou longo prazo. Segundo a CVM, na contabilidade da compradora, os ativos devem ser reconhecidos pelo seu valor de face e a dívida assumida pelo mesmo montante, já que as diferenças entre os valores na época da transação se compensam ao longo do tempo.

107 Os juros sobre capital próprio devem ser contabilizados como destinação dos lucros, diretamente na conta lucros acumulados, sem transitar pelo resultado do exercício. Assim, as empresas que tiverem contabilizado tais juros como despesa financeira, para fins de dedutibilidade fiscal, ficam obrigadas a efetuar a reversão do seu valor, na última linha da demonstração do resultado, antes do saldo da conta de lucro ou prejuízo do exercício.

A respeito dos procedimentos, técnicas e fundamentos da análise econômico-financeira, julgue os itens seguintes.

- 108** Na análise da evolução horizontal do lucro bruto de uma determinada empresa em seis exercícios seqüenciais, em que o primeiro deles é o exercício-base da análise, a obtenção da série de números índices 70,2, 75,6, 80,4, 89,7 e 90,3 para os exercícios subseqüentes ao primeiro indica acréscimo dos valores contábeis em avaliação, ou seja, a empresa apresentou sucessivos aumentos no valor contábil de seu lucro bruto no período examinado e todos esses valores são superiores ao lucro bruto do primeiro exercício.
- 109** A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em um período anterior, para diagnosticar sua posição atual e produzir resultados que subsidiem a previsão de tendências futuras.
- 110** Para fornecer elementos suficientes a um diagnóstico preciso de uma determinada empresa, o processo de análise econômico-financeira deve ser complementado com uma comparação temporal — evolução nos últimos anos — e setorial — principais concorrentes e média do mercado do setor — dos indicadores levantados.
- 111** A qualidade da informação e a obtenção de conclusões mais realistas mediante a análise vertical das demonstrações financeiras, quando realizadas em contextos inflacionários, dependem crucialmente do processo de indexação dos valores analisados.

Com relação às noções básicas de orçamento empresarial, mercado de capitais, exportação e importação e efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas, julgue os itens subseqüentes.

- 112** O orçamento difere do planejamento estratégico, entre outros aspectos, pelo fato de ser estruturado por centro de responsabilidade, ao passo que esse último é essencialmente estruturado por linha de produto, incluindo outros programas.
- 113** O orçamento representa um compromisso do executivo do setor orçado perante seu superior hierárquico, que pode ser alterado se as premissas assumidas nesse orçamento se alterarem. Representa também um parâmetro e um excelente ponto de partida para a avaliação e o julgamento do desempenho real.
- 114** As bolsas de valores são entidades físicas, constituídas sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, com responsabilidades e funções de interesse público, e criadas, principalmente, para proporcionar liquidez aos títulos e permitir que as negociações sejam realizadas no menor tempo possível e a um preço justo de mercado, formado pelo consenso de oferta e procura.

115 O mercado de capitais é a grande fonte de recursos para investimentos da economia, assumindo um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico. Opera em diversas modalidades de financiamentos a longo prazo para giro e capital fixo, além de atuar também com operações de prazo indeterminado, como aquelas que envolvem emissão e subscrição de ações.

116 As empresas que atuam em segmentos de importações e exportações são fortemente afetadas pela política cambial, a qual é diretamente influenciada pelos resultados apurados no balanço de pagamentos do país e que pode assumir variações superiores à taxa de inflação interna.

117 Os efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas devem ser tratados sempre em conjunto com ganhos e perdas verificados, jamais isoladamente, considerando que a inflação sempre produz resultados compensáveis entre si nos elementos da estrutura patrimonial.

118 A taxa real de evolução das vendas em um período de alta inflação é obtida pelo critério exponencial. Dessa forma, é incorreto subtrair da taxa nominal (aparente) calculada o índice específico de inflação para apurar o resultado real.

Em conformidade tanto com a legislação brasileira quanto com a internacional e, a respeito de avaliação e de contabilização de investimentos societários, julgue os itens a seguir.

119 No Brasil, por determinação legal, todos os investimentos permanentes em coligadas e controladas, enquadrados na definição de relevantes, devem ser contabilizados de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP), no qual os resultados das participações são reconhecidos, mediante a aplicação do percentual de participação da investidora sobre o patrimônio líquido da investida, no momento em que tais resultados são gerados. A diferença entre o valor contabilizado e a equivalência patrimonial é contabilizada na demonstração do resultado do exercício. No MEP, não é admitida a constituição de provisão para perdas, já que o valor do investimento refletirá a participação relativa da empresa investidora no capital da investida.

120 Os investimentos não-permanentes em outras empresas devem ser avaliados pelo seu custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, e classificados no circulante ou no realizável a longo prazo. Pelas legislações fiscal e societária brasileiras, a perda só é contabilizável e dedutível quando constituída no exercício subsequente ao da aquisição do investimento.

121 A PETROBRAS é obrigada a avaliar pelo MEP todos os seus investimentos, ainda que irrelevantes, que consistam em ações ordinárias que representem no mínimo 16,67% do capital social da investida, formado com pelo menos 50% de ações com direito a voto.

Com relação à destinação do resultado, na forma disposta pela legislação brasileira, julgue os itens que se seguem.

122 A princípio todo o resultado do exercício deve ser distribuído aos acionistas, a não ser que existam fortes razões para não fazê-lo. Nesse caso, as razões para a retenção do lucro devem ser suficientes para justificar a não-distribuição, além de serem devidamente evidenciadas em nota explicativa.

123 As parcelas do lucro destinadas à constituição de reservas, que podem decorrer de determinação legal ou estatutária, ou ainda de proposta da administração, devem ser aprovadas pela Assembléia Geral e mostradas, em conjunto, na DLPA, sendo, nesse caso, dispensável a divulgação de informações gerenciais, tais como as razões específicas que justificaram a retenção.

124 As participações nos lucros atribuídas a terceiros, não relativas ao investimento dos acionistas, devem ser registradas como despesas da empresa, antes de se apurar o lucro líquido do exercício. A base de cálculo legal para apuração, porém, é o lucro líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, e antes das participações, deduzido do eventual saldo de prejuízos acumulados.

125 A evidenciação do lucro por ação e do dividendo por ação é obrigatória por lei, bastando, para atender à norma, a exposição dos valores calculados para esses itens, exclusiva e diretamente nas respectivas demonstrações financeiras, ou seja, na DRE e na DMPLou na DLPA.

Acerca dos conceitos, sistemas, procedimentos, comportamentos, finalidade e utilização de custos nas empresas, julgue os itens a seguir.

126 Ao valor dos estoques, bem como ao dos demais ativos, devem ser incorporados todos os gastos incorridos para colocá-los em condições de venda, consumo ou uso nas atividades operacionais da empresa, tais como transporte, seguros, armazenagem e impostos de importação.

127 Tanto nas empresas comerciais como nas industriais os gastos com armazenagem de itens comprados dos fornecedores — mercadorias e matérias-primas — são tratados como custos e adicionados ao valor pago por esses bens.

128 Estoques iniciais superavaliados reduzem o custo do produto vendido (CPV) e aumentam o resultado; caso sejam subavaliados, aumentam o CPV e diminuem o resultado.

129 O regulamento do imposto de renda estabelece que, para as empresas que tenham sistemas de custos integrados e coordenados com o restante da escrituração, o valor dos bens existentes no encerramento do período-base poderá ser o custo médio ou o dos bens adquiridos ou produzidos nas datas mais antigas.

130 O custo de oportunidade é um custo verdadeiro, no sentido de representar quanto está sendo o sacrifício da empresa ao optar por investir em determinado empreendimento em detrimento de outro. Apesar de não ser contabilizável, esse tipo de custo obrigatoriamente tem de ser considerado nas análises para a tomada de decisões.

131 As despesas variáveis integram o cálculo da margem de contribuição, conceito fundamental na utilização de custos para subsidiar o processo decisório, porém não são agregadas ao produto para fins de avaliação dos estoques, a menos que a empresa utilize o custeio variável.

132 Nas decisões de precificação de dentro para fora, o ponto de partida é o custo do bem ou serviço, apurado de acordo com um determinado critério de custeio, agregando-se a esse custo o *markup*, que consiste apenas em uma margem exatamente igual ao lucro desejado pelos administradores.

- 133** No custeio variável, sob a alegação de que ocorrerão independentemente do volume de produção da empresa, os custos fixos recebem o mesmo tratamento das despesas, ou seja, são contabilizados diretamente a débito de conta de resultado.
- 134** No custeio padrão, os custos são apropriados à produção não pelo seu valor efetivo, mas sim por uma estimativa do que deveriam ser. As eventuais diferenças entre o custo-padrão e o custo real são objeto de análise da contabilidade de custos, com o objetivo de controle dos gastos e de medida de eficiência. Esse tipo de custeio só é compatível com o custeio pleno — por absorção.
- 135** No custeio pleno ou por absorção, todos os custos, sejam eles fixos ou variáveis, são apropriados à produção do período. Entretanto, os gastos não-fabris — despesas — são contabilizados diretamente contra o resultado do período.
- 136** Estruturas diferenciadas em termos de composição de custos e despesas, fixos e variáveis, provocam diferentes condições de resistências a oscilações nos volumes e preços de venda.
- 137** Mesmo que a empresa tenha um *mix* composto por diversos e diferentes produtos, com margens de contribuição e(ou) percentuais de contribuição sobre o preço de venda distintos, sempre é possível calcular o ponto de equilíbrio global suficiente para cobrir os custos e despesas fixos individualizados de todos os produtos e da empresa como um todo.
- 138** Nos dois tipos de custeio, variável ou por absorção, o resultado será sempre igual ao ponto de equilíbrio calculado em função das relações entre o custo e o volume.
- 139** Empresas com maior margem de contribuição unitária, ainda que seu faturamento esteja na faixa de prejuízo, tendem a correr menos risco e a ser mais resistentes no mercado, vencendo, portanto, suas concorrentes.

No que concerne aos posicionamentos doutrinários e legais acerca da conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira, dos princípios internacionais de contabilidade e das operações com *joint-venture*, julgue os itens subseqüentes.

- 140** No balanço, os saldos de depósitos bancários em outros países devem ser convertidos em moeda nacional, sendo suficiente e admitido para esse procedimento tão-somente a adoção da taxa cambial de compra corrente da data do balanço.

- 141** A variação cambial correspondente ao ajuste do saldo em moeda nacional à taxa de câmbio utilizada na data da conversão deve ser contabilizada em resultado do exercício, em conta segregada, no grupo despesas e receitas financeiras, sendo admitido, para esse registro, o aumento do custo de aquisição até o limite de valor do mercado.
- 142** Não existe uniformidade internacional quanto ao reconhecimento dos princípios fundamentais de contabilidade. A regulamentação contábil em alguns países é elaborada sob a égide da autoridade pública, enquanto em outros decorre de normas produzidas por órgãos de profissionais contábeis.
- 143** O IASC (International Accounting Standards Committee), ou seja, o Comitê Internacional de Normas Contábeis, de origem norte-americana, inglesa e canadense, com associação posterior de 80 países, entre os quais o Brasil, foi criado em 1973 com o objetivo de produzir normas de caráter regulamentar e de referência técnica obrigatórias, a fim de possibilitar a interpretação harmonizada das demonstrações financeiras por parte dos investidores, de autoridades e de agentes econômicos em geral.
- 144** A fórmula *joint-venture* caracteriza um tipo de consórcio entre sociedades, em proveito de um empreendimento, sem perder sua personalidade jurídica e sem abdicar de sua autonomia administrativa.
- 145** A característica mais relevante da *joint-venture* é sua tendência duradoura — aspecto permanente — demonstrada pela transformação do consórcio em uma sociedade, geralmente uma S.A., visando dar maior segurança para o empreendimento e os associados.

A propósito de noções básicas sobre tributos, com base na doutrina tributária e contábil, julgue os itens seguintes.

- 146** A obrigação tributária é uma relação de direito público, cujos componentes essenciais são os sujeitos ativo e passivo, o objeto e o fato gerador. Ela fica caracterizada quando o Estado (sujeito ativo) pode exigir do contribuinte (sujeito passivo) uma prestação (objeto) nos termos e nas condições descritos na lei (fato gerador).

147 Decadência e prescrição constituem modalidades de extinção do crédito tributário. Decadência refere-se à perda da ação atribuída a um direito e de toda sua capacidade defensiva, em consequência do não-uso dela, durante determinado espaço de tempo; diz respeito ao exercício do direito subjetivo de que uma pessoa é detentora. Prescrição, por seu turno, é a perda de um direito em consequência de seu titular não tê-lo exercido durante determinado período; o prazo corre sem solução de continuidade: inexistente interrupção ou suspensão.

148 Alíquota é o percentual definido em lei que, aplicado sobre a base de cálculo, determina o montante do tributo a ser recolhido. Sua alteração está sujeita aos princípios constitucionais da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade.

149 Segundo o Código Tributário Nacional, o pólo ativo de uma relação jurídica tributária é o ente público — União, estado ou município — criador do tributo e o pólo passivo é unicamente o contribuinte, pessoa que, necessariamente, tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e que fica, assim, obrigada ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária dele decorrente.

150 Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência, ou seja, é o fato que gera a obrigação de pagar o tributo.

151 A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a denominação e as demais características formais adotadas pela lei, bem como a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Considerando as disposições da legislação tributária acerca do imposto de renda pessoa jurídica, do imposto de renda retido na fonte e da contribuição social sobre o lucro, julgue os itens a seguir.

152 O imposto de renda de pessoa jurídica sobre o lucro arbitrado é uma modalidade de tributação utilizada apenas quando é impossível efetuar a verificação da receita bruta, sendo quantificado por meio de procedimento de ofício, mediante uma das alternativas legais de cálculo.

153 Para efeito de imposto sobre a renda, estão obrigadas à apuração do lucro real, entre outras, as pessoas jurídicas que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

154 Eventuais aumentos da contribuição social sobre o lucro não se sujeitam ao princípio da anterioridade, entretanto, segundo prescrição constitucional, só podem ser exigidos após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que alterou o tributo.

155 Os empregadores e os equiparados a eles na forma da legislação são obrigados a descontar de seus funcionários o imposto de renda incidente sobre a folha de pagamento, sendo, ainda, os responsáveis legais pelo correto cálculo do valor do tributo e pelo recolhimento posterior do imposto retido na fonte, dentro do prazo fixado, aos cofres da Receita Federal.

156 Segundo as instruções normativas da Receita Federal, as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, não são dedutíveis do rendimento tributável para a determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda na fonte.

Com relação às disposições da legislação constitucional e tributária acerca do ICMS e das participações governamentais, julgue os itens seguintes.

157 Apesar de o ICMS ser um tributo de competência estadual, ele possui características nacionais. Assim, questões importantes a ele referentes são resolvidas de comum acordo entre os estados e o Distrito Federal, quando não pela lei complementar, ou por resolução do Senado Federal na fixação de alíquotas.

158 A venda de bens do ativo fixo da empresa, desde que verificado o seu deslocamento em território nacional ou para o exterior, enquadra-se na hipótese de incidência determinada pela constituição e, portanto, caracteriza fato gerador do ICMS.

159 De acordo com o princípio da distribuição centralizada, premissa do federalismo fiscal brasileiro decorrente das disposições constitucionais, todos os membros da federação — União, estados, Distrito Federal e municípios — são obrigados a repartir, nos termos e percentuais fixados na Carta Magna, o produto da arrecadação dos tributos de suas competências com as demais esferas.

160 Pertence aos estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação de eventuais impostos instituídos pela União, mediante lei complementar, no uso de sua competência residual.

No que concerne ao PIS/PASEP, à COFINS e à CIDE, com base nas disposições da legislação constitucional e tributária, julgue os itens que se seguem.

161 A contribuição para o PIS/PASEP incide sobre o faturamento, que corresponde à receita bruta da pessoa jurídica caracterizada como contribuinte desse tributo, incluindo-se nesse montante o resultado positivo — lucro —, obtido em decorrência de avaliação de investimento em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial — valor do patrimônio líquido.

162 As entidades sem fins lucrativos discriminadas pela legislação aplicável, bem como as pessoas jurídicas de direito público interno, entre outras, devem proceder, obrigatoriamente, à apuração mensal da contribuição para o PIS/PASEP.

163 Nos termos da lei complementar, estão sujeitas à incidência da COFINS as pessoas jurídicas em geral e as que forem a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, excluídas as instituições financeiras, as construtoras e as incorporadoras de imóveis.

164 São isentas do recolhimento da COFINS as entidades beneficentes de assistência social, as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES, as associações, os sindicatos, as federações, as organizações reguladoras de atividades profissionais e demais entidades classistas, e as sociedades cooperativas em geral, relativamente aos atos cooperativos de suas finalidades.

165 CIDE caracteriza um poderoso instrumento interventivo garantido pela Constituição Federal exclusivamente à União, passível de ser exercitado sempre que sua presença se fizer necessária, tendo como parâmetro os princípios gerais da atividade econômica inscritos na Lei Maior.

Com fulcro na legislação brasileira aplicável e a propósito das operações de *leasing* financeiro e operacional, das operações de *drawback* e dos derivativos financeiros, julgue os itens subseqüentes.

166 As transações de *leasing* envolvem duas partes: o arrendador, que possui o bem, e o arrendatário, que obtém o uso do bem em troca de um ou mais pagamentos de *leasing* ou aluguel.

167 A principal característica do *leasing* operacional é possibilitar a completa amortização da operação, já que o contrato é feito por um período nunca inferior à vida econômica esperada do ativo. Assim, os pagamentos de aluguel requeridos sob o contrato de *leasing* permitem a recuperação do custo total do ativo por parte do arrendador.

168 No *leasing* financeiro o arrendador recebe pagamentos de aluguel iguais ao preço total dos equipamentos arrendados, mais um retorno sobre o capital investido. Nesse tipo de contrato de *leasing*, não são oferecidos os serviços de manutenção do ativo envolvido na transação.

169 É cláusula obrigatória de qualquer contrato de *leasing*, operacional ou financeiro, a possibilidade de cancelamento do contrato de *leasing* básico antes de seu vencimento.

170 *Drawback* é o crédito fiscal em razão de impostos ou taxas pagos sobre mercadorias ou produtos exportados com a finalidade de facilitar e fomentar a atividade de comércio exterior.

171 *Drawback* caracteriza um subsídio governamental destinado a incentivar os fabricantes do país a concorrer no exterior.

172 Derivativos são títulos cujos valores são determinados pelo preço de mercado ou pela taxa de juros de algum outro valor mobiliário.

173 Opções são instrumentos financeiros criados pelas empresas em vez das bolsas, que são compradas e vendidas exclusivamente por administradores financeiros, uma vez que só têm importância para esse tipo de agente financeiro. Podem ser de dois tipos: opções de compra (*call option*) e opções de venda (*put option*).

174 *Hedge* é uma transação que diminui o risco. O *hedge* natural é uma transação entre duas contrapartes em que os riscos de ambas são reduzidos. Entretanto, não existe *hedge* perfeito, pois no mercado de futuros é impossível prever com exatidão as eventuais perdas e os ganhos de uma posição não-protégida a serem compensados, respectivamente, pelos ganhos e perdas de determinada transação de *hedge*.

175 *Swap* é uma troca de obrigações de pagamentos de caixa. Ocorre porque as partes envolvidas preferem a série de pagamentos de outrem. Pode ser executado para mudar as datas de vencimento ou a qualidade das emissões de um porta-fólio de ações ou títulos, ou devido a alterações nos objetivos do investimento.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Criando Oportunidades para Realizar Sonhos



Universidade de Brasília (UnB)